



COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

MAIO/2023



SUMÁRIO

1.	IDENTIFICAÇÃO GERAL	3
2.	POLÍTICAS PÚBLICAS.....	5
2.1	Interesse público subjacente às atividades empresariais.....	5
2.2	Atendimento às políticas públicas.....	6
2.3	Metas relativas ao desenvolvimento de atividades que atendam aos objetivos de políticas públicas	8
2.4	Recursos para custeio das políticas públicas	13
2.5	Impactos econômico-financeiros da operacionalização das políticas públicas	15
2.6	Comentários dos administradores sobre o desempenho.....	17
2.7	Outras informações relevantes sobre objetivos de políticas públicas	21
3.	GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	24
3.1	Atividades desenvolvidas.....	24
3.2	Estruturas de controles internos e gerenciamento de riscos	24
3.3	Fatores de risco	29
3.4	Dados econômico-financeiros e comentários sobre o desempenho	31
3.5	Políticas e práticas de governança corporativa	34
3.6	Descrição da composição e da remuneração da administração.....	36

COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

Em atenção ao disposto no art. 8º, incisos I e VIII, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, o Conselho de Administração subscreve a presente Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa referente ao exercício social de 2022.

1. IDENTIFICAÇÃO GERAL

CNPJ: 07.223.670/0001-16. **NIRE:** 23300003144

Sede: Praça Amigos da Marinha, S/N – Mucuripe – Fortaleza/Ceará

Tipo de estatal: Empresa Pública

Acionista controlador: União

Tipo societário: Sociedade Anônima

Tipo de capital: Fechado

Abrangência de atuação: Estado do Ceará

Setor de atuação: Infraestrutura; administração e exploração comercial do Porto de Fortaleza, atuando como Autoridade Portuária.

Diretor Financeiro:

Carlos Murilo de Azevedo Pires

Telefone: (85) 3266-8850

E-mail: murilo.pires@docasdoceara.com.br

Auditor Independente atual da empresa:

Empresa: AUDIPLAC – Auditoria e Assessoria Contábil S/S

Representantes: José Teixeira de Souza Filho/ Rafael Miranda de Figueiredo
Telefone: (85) 3261-2972/3244-7154

E-mail: diretoria@audiplacauditoria.com.br / auditoria@audiplacauditoria.com.br

Conselheiros de Administração subscritores da Carta Anual de Governança Corporativa:

Rafael Magalhães Furtado

CPF: xxx.420.593-xx

Bruno Iughetti

CPF: xxx.690.518-xx

Fábio Lavor Teixeira

CPF: xxx.120.043-xx

Bruno Pio de Abreu Travassos

CPF: xxx.194.116-xx

José Nelson Martins de Sousa

CPF: xxx.763.323-xx

Data de divulgação: 29 de maio de 2023.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS

Em conformidade com a Lei 13.303/2016, nos termos do seu art. 8º, incisos I, III e VIII, a presente carta corporativa tem por finalidade explicitar os compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas pela estatal, em atendimento ao interesse coletivo que justificou a autorização sua criação, com definição clara dos recursos a empregados para esse fim, bem como dos impactos econômico-financeiros da consecução desses objetivos e da divulgação de informações relevantes.

A Companhia Docas do Ceará, guiada pelas diretrizes governamentais federais, prezando pela boa governança e transparência e respeitando as melhores práticas de gestão, apresenta o relato das ações executadas, metas alcançadas, resultados econômico-financeiros, entre outras informações pertinentes, que representam a melhoria da gestão da empresa em 2022.

Como avanços do período, destacam-se os resultados econômico-financeiros, que fortalecem a busca da sustentabilidade financeira da empresa; a atração de novas cargas, como a exportação de frutas como carga geral e a importação de elementos para parques eólicos e melhoria geral da gestão da companhia.

2.1 Interesse público subjacente às atividades empresariais

A Companhia Docas do Ceará tem por objeto exercer as funções de autoridade portuária no âmbito dos portos organizados no Estado do Ceará, sob sua administração e responsabilidade, em consonância com as políticas públicas setoriais. Devido ao relevante interesse coletivo envolvido na referida atividade, é considerada, assim, uma empresa prestadora de serviços públicos.

A Companhia Docas do Ceará é uma empresa pública, revestida sob a forma de sociedade por ações, de capital fechado, vinculada ao atual Ministério de Portos e Aeroportos, e tem por missão desenvolver e administrar o Porto de Fortaleza, oferecendo serviços e infraestrutura eficientes, bem como ser indutor do comércio e do desenvolvimento econômico com responsabilidade socioambiental.

Abaixo, segue o histórico normativo de criação da Companhia:

- a) *Em 20 de dezembro de 1933, por meio do Decreto nº 23.606, foi outorgada ao Governo do Estado do Ceará a concessão para construção, aparelhamento e exploração do Porto de Fortaleza pelo prazo de 60 anos;*
- b) *A Companhia Docas do Ceará é constituída por meio da Resolução CNPVN nº 182.1, de 25/03/1965, nos termos da Lei nº 4.213, de 14/02/1963, e do Decreto nº 54.046, de 23/07/1964, na forma de sociedade de economia mista, de capital autorizado, com a finalidade de explorar, industrial e comercialmente, os portos do Estado do Ceará;*
- c) *A Lei nº 6.222, de 10 de julho de 1975, de criação da Empresa de Portos do Brasil S/A – PORTOBRÁS, empresa pública que tinha por atribuição coordenar todo o sistema portuário brasileiro, transforma a Companhia Docas do Ceará em subsidiária da PORTOBRÁS, passando a ser regida pela Lei 6.404, de 15 de dezembro de*

- 1976;
- d) *Com a extinção da PORTOBRÁS, em 1990, a Companhia passa a ter vínculo direto com o Ministério da Infraestrutura, pasta criada para englobar os ministérios dos transportes e comunicação, que, em 1995, voltaram à situação anterior, retornando à área de transportes para a esfera de competência do Ministério dos Transportes, assim como o vínculo da CDC;*
 - e) *Como as demais empresas estatais, a Companhia é regida pela Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e pelas demais legislações aplicáveis e, como autoridade portuária, rege-se pela Lei nº 12.815, de 05 de junho de 2013, Decreto nº 8.033, de 27 de junho de 2013;*
 - f) *Em 2018, a CDC teve substituída sua natureza jurídica de sociedade de economia mista para empresa pública, nos termos do art. 91 da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016.*

2.2 Atendimento às políticas públicas

A Companhia Docas do Ceará tem suas atividades empresariais focadas no setor portuário, especificamente no Porto de Fortaleza, administrando-o e exercendo o papel institucional de Autoridade Portuária, nos termos que dispõe a Lei nº 12.815/13, marco regulatório dos portos, notadamente quanto ao que dispõe o art. 17, o qual aduz ser a administração portuária é exercida diretamente pela União, pela delegatária ou pela entidade concessionária.

Os serviços de administração portuária constituem-se em monopólio estatal da União, conforme previsão constitucional (art. 21, XII, “f”), sendo que há a possibilidade de a União outorgar a uma empresa governamental o exercício desse encargo, sem que se perca o atributo de prestação de serviço público.

Dessa forma, em perfeito alinhamento com o interesse público, a CDC atua no desenvolvimento de atividades que visam atender às Políticas Públicas do Setor Portuário e ao seu objeto social, em consonância com os artigos 4º e 5º do Estatuto Social da empresa, sem exclusão de outros casos atribuídos em lei à Administração do Porto Organizado, em especial a Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, o Decreto nº 9.048, de 10 de maio de 2017 e o Decreto nº 8.033, de 27 de junho de 2013.

As competências da CDC referem-se à:

- I. Prover infraestrutura:
 - a. Fiscalizar ou executar as obras de construção, reforma, ampliação, melhoramento e conservação das instalações portuárias;
 - b. Promover a realização de obras e serviços de construção e melhoramento dos portos, de suas infraestruturas de proteção e de acesso aquaviário sob sua jurisdição ou responsabilidade;
 - c. Promover a realização de obras e serviços necessários à proteção dos portos ou

de seus acessos, sob sua jurisdição ou responsabilidade;

- d. Promover a remoção de embarcações ou cascos de embarcações que possam prejudicar o acesso ao porto.

II. Organizar a atividade portuária:

- a. Autorizar a entrada e saída, inclusive atracação e desatracação, o fundeio e o tráfego de embarcação na área do porto, ouvidas as demais autoridades do porto;
- b. Autorizar a movimentação de carga das embarcações, ressalvada a competência da autoridade marítima em situações de assistência e salvamento de embarcação, ouvidas as demais autoridades do porto;
- c. Suspender operações portuárias que prejudiquem o funcionamento do porto, ressalvados os aspectos de interesse da autoridade marítima responsável pela segurança do tráfego aquaviário;
- d. Estabelecer o regulamento de exploração do porto, observadas as diretrizes da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários, do Ministério de Portos e Aeroportos;
- e. Assegurar o gozo das vantagens decorrentes do melhoramento e aparelhamento do porto ao comércio e à navegação
- f. Pré-qualificar os operadores portuários, de acordo com as normas estabelecidas pelo poder concedente.

III. Fiscalização da atividade portuária:

- a. Fiscalizar a operação portuária, zelando pela realização das atividades com regularidade, eficiência, segurança e respeito ao meio ambiente;
- b. Reportar infrações e representar perante a Antaq, visando à instauração de processo administrativo e aplicação das penalidades previstas em lei, em regulamento e nos contratos;
- c. Fiscalizar as áreas e instalações portuárias arrendadas, dentro dos limites dos portos organizados da CDC.

IV. Planejar a exploração das atividades portuárias:

- a. Elaborar, revisar e submeter à aprovação do Ministério de Portos e Aeroportos, o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento - PDZ dos portos sob sua competência ou cuja administração esteja sob sua responsabilidade;
- b. Explorar, direta ou indiretamente, as áreas não afetas às operações portuárias, desde que as destinações estejam previstas no Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto a critério Secretaria Nacional de Portos e Transportes

- Aquaviários, do Ministério de Portos e Aeroportos; e
- c. Elaborar o edital e realizar os procedimentos licitatórios para contratos de concessão e arrendamentos, sempre que determinado pela Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários, do Ministério de Portos e Aeroportos, nos termos do §5º do art. 6º da Lei nº 12.815/ 2013;
 - d. Arrecadar os valores das tarifas relativas às suas atividades.

Além disso, a CDC realiza as seguintes atribuições:

- I. Cumprir e fazer cumprir as leis, os regulamentos e os contratos de concessão;
- II. Adotar as medidas solicitadas pelas demais autoridades no porto;
- III. Prestar apoio técnico e administrativo ao Conselho de Autoridade Portuária e ao órgão de gestão de mão de obra;
- IV. Estabelecer o horário de funcionamento do porto, observadas as diretrizes do Ministério a qual se vincula, e as jornadas de trabalho no cais de uso público;
- V. Organizar a guarda portuária, em conformidade com a regulamentação expedida pelo poder concedente;
- VI. Estabelecer, se necessário, escritórios ou representações;
- VII. Decidir sobre conflitos que envolvam agentes que atuam no porto organizado, ressalvadas as competências das demais autoridades públicas;
- VIII. Exercer a coordenação das comissões locais de autoridades nos portos.

As atividades do Porto de Fortaleza são desenvolvidas alinhadas aos seus valores internos: ética, responsabilidade, transparência, integridade; sempre apresentando resultados.

2.3 Metas relativas ao desenvolvimento de atividades que atendam aos objetivos de políticas públicas

Em 2022 a CDC esteve vinculada ao então Ministério da Infraestrutura (MInfra), conforme sua estrutura regimental aprovada pelo Decreto nº 10.788, de 06 de setembro de 2021, e continuou desempenhando relevante papel para a operacionalização das políticas públicas portuárias do Ministério, principalmente para o atingimento dos objetivos definidos na Política Nacional de Transportes (PNT), no Planejamento Estratégico Institucional do Ministério Supervisor, bem como às diretrizes do Plano Plurianual da União para o período de 2020 a 2023 (PPA 2020-2023).

A diretriz sob a qual estão subordinadas às políticas públicas do Ministério Supervisor para o transporte aquaviário no Plano Plurianual 2020-2023, estabelecido pela Lei 13.971/2019, é a

“Ampliação do investimento privado em infraestrutura, orientado pela associação entre planejamento de longo prazo e redução da insegurança jurídica”, tendo como objetivo “Promover a eficiência, a qualidade e a segurança do sistema de transporte aquaviário, aumentando a sua disponibilidade e competitividade”.

Segundo a Visão Estratégica do Ministério Supervisor, expressa em seu Mapa Estratégico, o órgão almejava "Tornar-se líder da América Latina em Infraestrutura de Transportes". Para tanto, desenvolvia, de forma integrada às suas entidades vinculadas, políticas para atingir objetivos de entrega à sociedade nos eixos de Competitividade, Segurança e Satisfação, seguindo as diretrizes de promover mais investimentos, mais eficiência, menos burocracia, mais diálogo, mais desenvolvimento além de mais governança e gestão.

Diretrizes mais direcionadas a cada um dos subsistemas federais de transportes, dentre eles o aquaviário, estão presentes na Política Nacional de Transportes, instituída pela Portaria do então Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil nº 235, de 28 de março de 2018, e, complementarmente, nos instrumentos previstos no Planejamento Integrado de Transportes, definido pela Portaria do então Ministério da Infraestrutura nº 123, de 21 de agosto de 2020, com destaque para o Plano Nacional de Logística (PNL) que serve de referencial de planejamento para a identificação de necessidades e oportunidades do setor.

O Porto de Fortaleza figura como capacidade ofertada ao Sistema de Transportes e cuja ampliação para atendimento da demanda futura e redução de custos logísticos está prevista atualmente tanto no Plano Nacional de Logística 2035, que prevê a execução de 14 projetos neste porto nos seus diversos cenários de análise, incluindo investimentos necessários ao aumento de capacidade de movimentação de cargas gerais containerizadas e não containerizadas, granéis líquidos, granéis sólidos agrícolas e outros granéis sólidos minerais.

A aplicação das políticas no contexto regional é traduzida pelo Plano Mestre do Complexo Portuário de Fortaleza e Pecém que prevê, além da ampliação de capacidade, ações de aprimoramento da governança e modernização da gestão portuária; promoção da sustentabilidade ambiental; melhoria da produtividade, dos níveis de serviços e aperfeiçoamento dos fluxos logísticos para movimentação de carga e transporte de passageiros.

Para o atingimento das diretrizes, dos objetivos, bem como execução das ações definidas nos instrumentos de planejamento e para cumprir seu papel nas políticas públicas do setor, a CDC e o Porto de Fortaleza contam com vantagens relacionadas a sua localização estratégica, tanto com relação a importantes mercados internacionais, quanto com usuários finais de serviços e bens de consumo, além de contar com infraestrutura consolidada para acesso por diversos modos de transporte. Destaca-se ainda a participação importante no desenvolvimento econômico e social

por meio da área de influência do Porto de Fortaleza que abrange os estados do Ceará, Piauí, Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, estendendo-se também às regiões norte, centro-oeste e ao Vale do São Francisco, provendo infraestrutura para o escoamento de produtos locais e regionais.

O Planejamento Integrado, com o relacionamento entre instrumentos de planejamento que orientam as políticas desdobradas pela CDC com metas específicas para o porto, encontra-se representado na figura¹ a seguir:

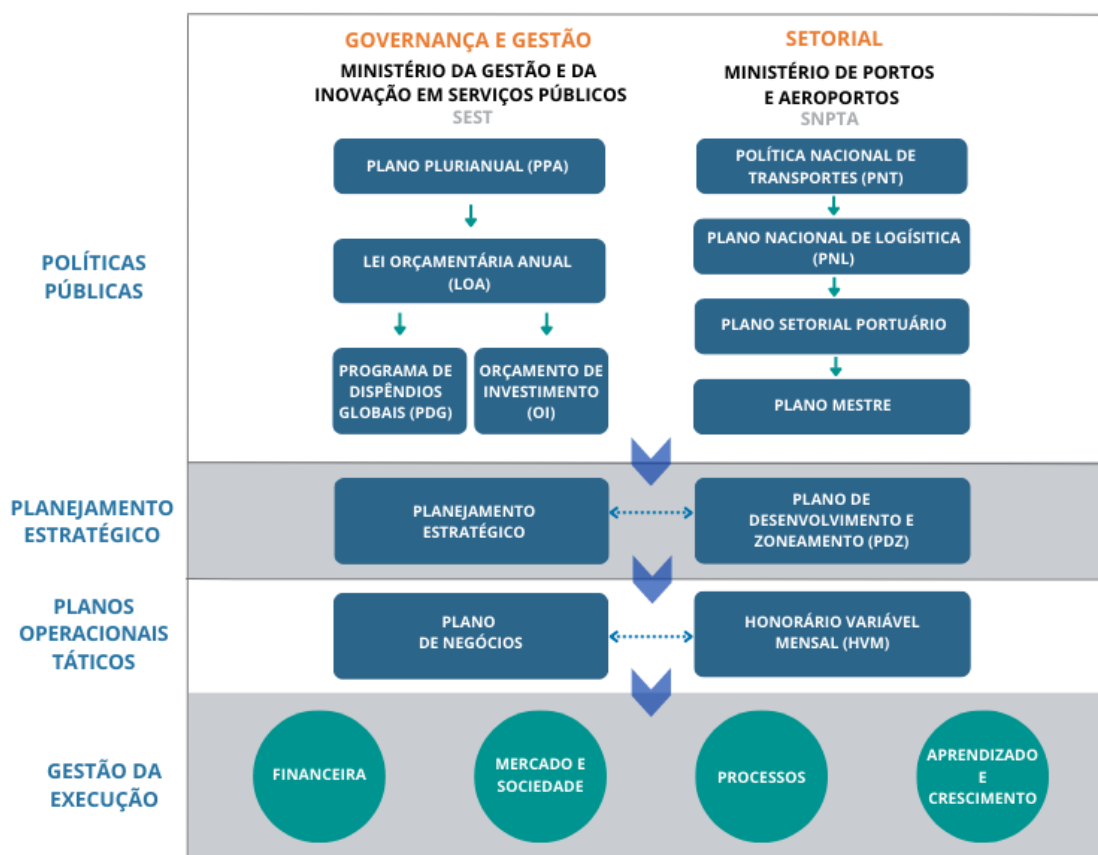


Figura 1: Correlação entre instrumentos de planejamento (fonte: CODPLA)

A luz dessa correlação, a CDC estabeleceu seu mapa estratégico, contendo os objetivos para cumprimento da sua missão, de desenvolver e administrar o Porto de Fortaleza, oferecendo serviços e infraestrutura eficientes, bem como ser indutor do comércio e do desenvolvimento econômico com responsabilidade socioambiental, e de forma a alcançar sua visão, de A visão da CDC é, até 2024, ser reconhecida como Autoridade Portuária referência no Nordeste, pela gestão portuária eficiente e ambientalmente sustentável.

¹ Em que pese os documentos Plano Nacional de Logística, Plano Setorial Portuário e Planejo Mestre serem instrumentos de planejamento estratégico, foram considerados como Políticas Públicas devido a baixa participação da CDC no processo de elaboração destes, sendo a elaboração de responsabilidade dos órgãos ministeriais



Figura 2 - Mapa estratégico CDC 2022 -2026 (Fonte: PEI 2022-206)

A partir dos objetivos do Mapa Estratégico da CDC, foram definidas perspectivas estratégicas com indicadores a serem monitorados, e dessa forma, por meio de um Plano de Negócios, ser capaz de avaliar as ações estruturantes fundamentais para o desempenho e sustentabilidade da empresa.

Para 2022, foram propostos indicadores e metas para mensurar a aproximação da Companhia no atingimento de seus objetivos estratégico, conforme apresentado a seguir:

PERSPECTIVA	INDICADOR	OBJETIVO ESTRATÉGICO	FÓRMULA	UN.	FREQ	META 2022	
Financeira	Resultado econômico	Promover a sustentabilidade financeira	Lucro ou prejuízo do exercício (DRE)	R\$ mil	Trim	-12.641	
	EBITDA	Promover a sustentabilidade financeira	Resultado econômico - Amortização - Depreciação - Variações monetárias - outros custos	R\$ mil	Trim	9.048	
Mercado e Sociedade	Aderência do Portal da CDC aos critérios legais de transparência	Melhorar a comunicação institucional	Quesitos legais atendidos / quesitos legais exigidos (aplicáveis) X 100	%	Anual	95	
	Satisfação dos usuários do porto	Obter excelência no relacionamento com clientes	Nível de satisfação dos principais clientes do porto	%	Anual	70	
	Exploração das áreas disponíveis do porto	Potencializar as alternativas de negócios dos ativos do porto	Áreas exploradas / áreas disponíveis sem uso X 100	%	Trim	89,2	
Processos	IG SEST	Aprimorar e padronizar os processos e os instrumentos de controle e integridade	Índice geral do IG SEST	un.	Anual	7,700	
	IDA	Ser eficiente na gestão socioambiental e de segurança portuária	Índice geral do IDA	%	Anual	84	
	Movimentação de cargas	Buscar a excelência operacional	Total de carga movimentada no período	Mil ton.	Mensal	4.990	
	Prancha média (líquida)	Buscar a excelência operacional	Qtde de carga movimentada pelos navios / nº horas atracados	Granel sólido cereal	%	Mensal	340
				Contêiner	%	Mensal	15
Granel sólido mineral				%	Mensal	450	
Granel líquido				%	Mensal	50	
Aprendizado e Crescimento	Horas de treinamento por empregado	Desenvolver e reconhecer competências internas	Horas de capacitação / n. de empregados	h/empregado	Mensal	70	
	Promoção de ações de fomento à cultura institucional	Ter uma cultura orientada para a satisfação dos colaboradores	Ações realizadas	un.	Sem.	24	

Tabela 1 - Indicadores do Plano de Negócios e Metas CDC (fonte: Planejamento Estratégico 2022-2026)

A CDC também acompanha o cumprimento das metas de gestão constantes em Honorário Variável Mensal – HVM. As iniciativas são propostas pela Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários e pelo Conselho de Administração, e representam um mecanismo de mensuração e cumprimento de políticas públicas nos temas de Planejamento e Desenvolvimento Portuário, Gestão Logística e de Operações, Gestão Patrimonial, Sustentabilidade Econômica-Financeira, Gestão Administrativa e de Pessoas, Sustentabilidade Ambiental e Integração com a Comunidade

2.4 Recursos para custeio das políticas públicas

As atividades desenvolvidas pela Companhia Docas do Ceará são custeadas com recursos próprios, advindos das receitas tarifárias arrecadadas em decorrência da movimentação de carga, receita patrimonial, oriunda dos arrendamentos de área e, ainda, receitas de aplicações financeiras.

Para a execução de investimentos na infraestrutura e superestrutura portuária (projetos específicos, obras), a CDC conta também com a participação da União por meio de recursos repassados pelo Tesouro Nacional, mediante lei específica e contabilizados como créditos para aumento de capital. No ano de 2022, houve aporte de recursos oriundos da União, registrados como Saldo de Exercícios Anteriores (SEA) no valor de R\$ 4.433.955 de um montante de R\$ 6.869.159. Segue a Tabela 2 com a execução de investimentos realizados em 2022.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			
RUBRICAS	VALORES EXECUTADOS (R\$)		
	2021	2022	VARIAÇÃO%
INVESTIMENTOS TOTAIS	1.184.238	6.869.150	480,0
RECURSOS PRÓPRIOS	444.183	2.435.196	448,2
Manutenção e Adequação de Bens Imóveis	47.000	363.754	673,9
Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos	109.210	210.702	92,9
Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento	270.254	186.306	-31,0
Estudos para o Desenvolvimento do Setor Portuário	17.720	0	-
Adequação de Instalações de Acostagem, de Movimentação e Armazenagem de Cargas	0	154.401	-
Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos no Porto de Fortaleza (CE)	0	68.365	-
Adequação de Instalações de Proteção à Atracação e Operação de Navios, no Porto de Fortaleza (CE)	0	245.786	-
Melhoria da Infraestrutura e da Operação Portuária	0	1.205.882	-
RECURSOS DA UNIÃO	740.055	4.433.955	499,1
Adequação de Instalações de Proteção à Atracação e Operação de Navios, no Porto de Fortaleza (CE)	270.100	0	-
Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos no Porto de Fortaleza (CE)	49.355	186.914	278,7
Construção de Terminal de Contêineres, no Porto de Fortaleza (CE)	420.600	4.247.041	909,7

Tabela 2 – Execução Orçamentária CDC (Fonte: CODPLA).

Os investimentos realizados pela CDC estão alinhados aos objetivos definidos na Política Nacional de Transportes (PNT), ao Planejamento Estratégico Institucional do Ministério Supervisor, bem como às diretrizes do Plano Plurianual da União para o período de 2020 a 2023 (PPA 2020-2023) e às diretrizes do Plano Nacional de Logística (PNL), assim como os objetivos sinalizados no Plano

Mestre do Complexo Portuário de Fortaleza e Pecém, conforme tabela abaixo:

Ação / Projeto	Investimento em 2022 (R\$)	Dimensão do Planejamento Estratégico (2022-2026)	Política Pública Relacionada	Diretriz / Objetivo da Política Pública Relacionada
Gradil segregação contêiner	154.401	Processos / Mercado e Sociedade	PNT	Aumentar o aproveitamento e modernizar as áreas dos portos organizados em consonância com os PDZs (Planos de Desenvolvimento e Zoneamento Portuário)
Câmeras do CFTV	255.279	Processos	PPA	Promover a eficiência, a qualidade e a segurança do sistema de transporte aquaviário, aumentando a sua disponibilidade e competitividade
Adequação do Sistema de Combate a Incêndio	1.117.946	Processos	PNT	Garantir a segurança operacional nas instalações portuárias
Concertina	52.435	Processos	PPA	Promover a eficiência, a qualidade e a segurança do sistema de transporte aquaviário, aumentando a sua disponibilidade e competitividade
Disjuntores e buchas	363.754	Processos	PNT	Realizar a manutenção da infraestrutura e das instalações dos portos organizados para atender à demanda de carga
Catracas / cancelas	97.554	Processos	PNT	Otimizar a inteligência logística na gestão de acesso aos portos
Aparelhos condicionadores de ar	90.853	Processos	PNT	Realizar a manutenção da infraestrutura e das instalações dos portos organizados para atender à demanda de carga
Aparelho de ar condicionado de precisão self contained	185.000	Processos	PNT	Realizar a manutenção da infraestrutura e das instalações dos portos organizados para atender à demanda de carga
Defensas portuárias	4.301.967	Processos	Plano Mestre	Investimentos Portuários em infraestrutura para incremento da capacidade e atendimento da movimentação esperada de granéis vegetais e granéis líquidos.
			PPA	Promover a eficiência, a qualidade e a segurança do sistema de transporte aquaviário, aumentando a sua disponibilidade e competitividade
			PNT	Melhorar a produtividade do sistema portuário na movimentação de cargas
			PNT	Adequar os acessos aquaviários e as instalações de atracação à demanda de navios
			PNT	Realizar a manutenção da infraestrutura e das instalações dos portos organizados para atender à demanda de carga
Sinalização náutica	190.860	Mercado e Sociedade	Plano Mestre	Acessos ao Porto eficiente e melhoria da relação Porto-cidade para garantir o pleno escoamento de cargas e mitigar conflitos decorrentes do contexto urbano.
		Processos	PNT	Adequar os acessos aquaviários e as instalações de atracação à demanda de navios

Tabela 3 - Relação entre investimentos e políticas públicas (Fonte: CODPLA).

2.5 Impactos econômico-financeiros da operacionalização das políticas públicas

Em 2022, os recursos investidos no Porto de Fortaleza totalizaram R\$ 6.869.150, dos quais R\$ 2.435.196 tiveram origem orçamentária própria (recursos próprios) e R\$ 4.433.955 se originaram de recursos da União registrados como saldos de exercícios anteriores, conforme se apresenta em detalhamento da tabela abaixo:

FONTE DE INVESTIMENTO	VALORES EXECUTADOS (R\$)					% EXEC. 2022	VAR % 22/21	VAR % 22/18
	2018	2019	2020	2021	2022			
TOTAL INVESTIDO	4.114.812	3.581.246	84.529	1.184.238	6.869.150	34,4	480,0	66,9
RECURSO PRÓPRIO	595.174	1.826.128	69.950	444.183	2.435.196	19,2	448,2	309,1
RECURSO DA UNIÃO NO EXERCÍCIO	2.461.740	0	0	0	0	-	-	-
RECURSOS DA UNIÃO - SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.057.898	1.755.118	14.579	740.055	4.433.954	60,8	499,1	319,1

Tabela 4 - Execução orçamentária 2018 a 2022 (Fonte: CODPLA).

A CDC, no ano de 2022, utilizou de saldo de exercícios anteriores o valor de R\$ 4.433.954, aplicado nas rubricas: 26.784.3005.12LM.0023 - construção de terminal de container no Porto de Fortaleza para aquisição de defensas portuárias; 30.39210.26.784.3005.143A.0023 – Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Porto De Fortaleza (CE), para aquisição de câmeras CFTV.

Em 2022, a CDC, através de ajustes nos processos de licitação e contratação, contornou o cenário de baixa execução de investimentos ocorridos nos anos de 2020 e 2021, ficando em 3º lugar entre sete autoridades portuárias no ranking de execução da SEST.

Os investimentos realizados no Porto de Fortaleza viabilizaram a manutenção dos impactos positivos que a infraestrutura portuária disponibilizada causa para o acesso do estado a produtos e mercados a preços mais acessíveis. Segundo dados da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)², o Porto de Fortaleza foi responsável pelo desembarque de cerca de 65% do volume de combustíveis distribuídos no Ceará em 2022, sendo a única infraestrutura portuária atualmente disponível para esse tipo de operação³.

A capacidade de movimentação portuária e armazenagem de combustíveis no estado reduz as distâncias e os custos de distribuição pelos modos rodoviário e dutoviário, contendo a alta de preços de combustíveis que impactou diversos setores da economia cearense em 2022. Para

² <https://www.gov.br/anp/pt-br/centrais-de-conteudo/paineis-dinamicos-da-anp/paineis-dinamicos-do-abastecimento>

³ <https://mais.opovo.com.br/jornal/economia/2019/11/11/parque-de-tancagem-do-mucuripe-tera-capacidade-ampliada-em-30.html>

garantir a continuidade das operações, a Companhia contratou em 2022 a 1ª etapa do serviço de reparo estrutural do píer petroleiro, tendo iniciado as atividades de 18/08/2022, para garantir a integridade da estrutura de concreto armado e conseqüentemente a segurança das operações de Granéis Líquidos no Porto. Além disso, foi dado apoio ao processo de revisão dos estudos para arrendamento de área destinada a movimentação, armazenagem e distribuição de graneis líquidos combustíveis (MUC59), com capacidade prevista de armazenagem de mais de 51 mil m³.

Em 2022 o Porto de Fortaleza foi a principal infraestrutura portuária para desembarque de trigo do país, com movimentação 4,4% superior à realizada no Porto de Santos. O trigo desembarcado é insumo para a indústria alimentícia do estado. A moagem do Ceará representa 30% da produção nacional e os grupos cearenses de massas e biscoitos tem presença nacional, sendo líderes na produção desses produtos⁴. Com leilão realizado no final de 2021, o arrendamento do Armazém A-1 (MUC 01) à empresa TERGRAN teve vigência iniciada em 2022, com previsão de investimentos de mais de 47 milhões de reais a serem executados para segurança e ampliação da capacidade de movimentação de graneis sólidos. Vinculado ao projeto, encontra-se prevista execução de obra de derrocagem do berço 103, que ampliará a disponibilidade geral de capacidade de cais do Porto de Fortaleza.

Outra movimentação significativa, com impacto para o Ceará e estados vizinhos, principalmente o Rio Grande do Norte, é a exportação de Frutas. O Porto de Fortaleza está próximo da região de divisa dos estados do Ceará e Rio Grande do Norte, que tem como centro a cidade de Mossoró/RN, distante 241 km de Fortaleza. A região, que inclui o município de Icapuí/CE, abriga a maior produção de melão do Brasil e do mundo⁵. Destaque no cultivo irrigado da fruta, a região responde por quase 70% da sua venda externa, que está sempre na linha de frente das exportações do setor. Em 2022, buscando ampliar os serviços prestados e dar segurança e qualidade aos produtos exportados, foi estabelecida linha de exportação de frutas a granel em navios frigorificados, única operação desse tipo realizada no país. A CDC apoiou a estruturação desta operação, estabelecendo procedimentos que ampliassem a segurança das operações e atendesse aos requisitos dos órgãos intervenientes.

Acerca da gestão dos impactos gerados pela Companhia, cumpre destacar que no Planejamento Estratégico do período de 2023 a 2027, aprovado pelo Conselho de Administração em dezembro de 2022, a CDC estabeleceu um novo Objetivo Estratégico de promover o desenvolvimento socioeconômico da região de fluência, prevendo ações a serem executadas ao longo de 2023 para

⁴ <https://www.ceara.gov.br/2021/09/20/industria-de-alimentos-do-ceara-tem-presenca-importante-no-pais/>

⁵ <https://www.gaz.com.br/rio-grande-do-norte-concentra-fazenda-com-a-maior-producao-de-melao-do-brasil-e-do-mundo/>

levantamento de dados e estruturação de análises acerca do impacto de suas atividades.

2.6 Comentários dos administradores sobre o desempenho

Os resultados alcançados pela Companhia Docas do Ceará em 2022 indicam comprometimento da empresa na busca da sustentabilidade financeira do negócio, registrando mais uma vez resultados econômico-financeiros positivos no exercício e com aumento dos investimentos realizados com fonte de recursos de geração própria.

A Companhia aproximou-se mais do mercado e da sociedade, tanto no âmbito da prospecção de parceiros e novos clientes, quanto na busca da satisfação dos atuais usuários e transparência com a sociedade, resultando na efetivação de convênios, celebração de contratos de cessão de uso e estruturação de novos projetos de arrendamento de suas áreas.

Importantes avanços também foram registrados na governança e na gestão da companhia, que teve seus esforços reconhecidos pelo alcance em 2022 de recordes históricos tanto no Índice Geral de Governança das Empresas Estatais (IG-SEST), no Índice de Desempenho Ambiental (IDA) e na avaliação de transparência da Controladoria Geral da União.

Uma avaliação mais detalhada dos resultados, considerando as perspectivas estipuladas nos instrumentos de Planejamento da CDC encontra-se apresentada a seguir.

A melhoria da sustentabilidade **financeira** do negócio, com otimização das despesas e receitas, fez-se refletida nos indicadores da perspectiva financeira, que apresentaram em 2022 desempenho bastante superior às metas estabelecidas e também aos resultados dos últimos cinco anos. Tanto o Resultado Econômico quanto o EBITDA de 2022 foram impulsionados pelo registro de receitas diferidas no exercício, em conformidade com o CPC 25, referentes ao indébito do ISS de 2002 a 2022 após decisão judicial transitada em julgado em favor da Companhia. O reajuste tarifário, aprovado pela ANTAQ no início do ano e implementado a partir de junho, contribuiu para o aumento das Receitas Operacionais Líquidas da Companhia, que alcançaram valor recorde de R\$ 61,13 milhões apesar da redução de movimentação portuária verificada para o ano. Outro fator positivo registrado em 2022 foi a integralização de capital, efetivada em abril, e que permitiu a redução de despesas com variações monetárias.

INDICADOR	OBJETIVO ESTRATÉGICO	FÓRMULA	UN.	RESULT. 2021	META 2022	RESULT. 2022	% META 2022
Resultado econômico	Promover a sustentabilidade financeira	Lucro ou prejuízo do exercício (DRE)	R\$ mil	-4.735	-12.641	53.856	● -
EBITDA	Promover a sustentabilidade financeira	Resultado Econômico - Amortização - Depreciação - Variações Monetárias - Outros Custos	R\$ mil	9.387	9.048	25.679	● 284%

Tabela 5 – Resultados financeiros reapresentados conforme a NBC TG 23 (Fonte: CODFIN)

Buscando aprimorar a relação da companhia com **mercado e sociedade**, em 2022 a CDC deu continuidade a aplicação de pesquisa de satisfação, estruturada no ano anterior, que foi novamente aplicada de forma personalizada aos Operadores Portuários e Agentes Marítimos, aos Órgãos Intervenientes e aos Arrendatários, mas incluindo novos aspectos como avaliação da navegabilidade do site e do impacto do reajuste tarifário. O resultado indicou uma evolução no coeficiente de satisfação geral para 72,8%, superando em 4% a meta estabelecida para o ano. A utilização do resultado detalhado da pesquisa do ano anterior para priorização de ações das diretorias pode ter influenciado a evolução e deve ter continuidade nos próximos exercícios. A Companhia também apresentou expressiva evolução de sua transparência, implementando ao longo do ano ações que permitiram o atendimento a 100% dos requisitos legais avaliados pela CGU. Não foi registrada evolução no ano na exploração das áreas sem uso da poligonal do Porto de Fortaleza em 2022, uma vez que os processos de cessão do Terminal Pesqueiro de Camocim, das salas do Núcleo de Apoio Portuário ou mesmo o arrendamento de área destinada a movimentação, armazenagem e distribuição de granéis líquidos combustíveis (MUC59), que apresentaram desafios para conclusão relacionados à dificuldade de identificação de interessados ou riscos elevados para licenciamento. Avanços foram registrados, no entanto, na celebração de contratos e convênios para exploração por parceiros de outras áreas, como o Centro Vocacional Tecnológico Portuário e o Centro de Controle Operacional de Granéis Líquidos Combustíveis, que tiveram instrumentos firmados em 2022, mas não eram consideradas áreas sem utilização.

INDICADOR	OBJETIVO ESTRATÉGICO	FÓRMULA	UN.	RESULT. 2021	META 2022	RESULT. 2022	% META 2022
Satisfação dos usuários do porto	Obter excelência no relacionamento com clientes	Nível de satisfação dos principais clientes do porto	%	66,6	70	72,8	● 104%
Aderência do Portal da CDC aos critérios legais de transparência	Melhorar a comunicação institucional	Quesitos legais atendidos / quesitos legais exigidos (aplicáveis) X 100	%	86	95	100	● 105%
Exploração das áreas disponíveis do porto	Potencializar as alternativas de negócios dos ativos do porto	Áreas exploradas / áreas disponíveis sem uso X 100	%	82,20	89,2	82,2	● 92%

Tabela 6 – Indicadores mercado e sociedade (Planejamento Estratégico 2022-2026) (Fonte: CODPLA/CDC)

Importantes melhorias dos **processos** da Companhia ocorreram ao longo de 2022, com destaque para a edição e atualização de diversos normativos, como o Regulamento de Exploração do Porto de Fortaleza e as normas de Faturamento e Contas a Receber e Gestão Orçamentária, além da revisão da aprovação das políticas de Governança, Conformidade e Segurança da Informação e comunicação. No 6º ciclo de avaliação do Indicador de Governança da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (IG-SEST) a CDC alcançou o melhor valor histórico deste indicador, resultando na certificação da Companhia no Nível 2 de Governança, resultado da incorporação nos últimos anos de boas práticas relacionadas a transparência, gerenciamento de riscos, controles e auditoria. No ano foi divulgado pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) o resultado do Índice de Desempenho Ambiental (IDA) relativo ao ano de 2021, com a CDC alcançando novo recorde histórico desse indicador, já posicionando a Companhia 5% acima da meta esperada para o ano de 2022.

As expectativas de Movimentação de Cargas para o ano não se concretizaram e o resultado desse indicador em 2022 ficou 14% abaixo da meta estabelecida e 11% menor que o movimentado em 2021. A guerra russo-ucraniana, iniciada em fevereiro, impactou consideravelmente os mercados dos produtos tradicionalmente movimentados no porto de Fortaleza, aumentando os preços do trigo e dos combustíveis⁶ e influenciando a expectativa de crescimento de importantes mercados consumidores dos produtos exportados pelo porto, com desaceleração de economias como Estados Unidos, Europa e China⁷. Fatores nacionais como a alteração da estratégia de produção da CSP e o aquecimento do mercado interno de construção civil⁸ acabaram por diminuir a disponibilidade de mercadorias como a escória e vergalhões de aço para exportação.

Com relação a eficiência operacional, os resultados do indicador de prancha média líquida para *Granel Sólido Cereal e Contêiner* superaram as metas estabelecidas para o ano. Já a prancha média para granéis sólidos minerais ficou significativamente abaixo da meta, influenciada pela mudança de composição de cargas movimentadas no Porto de Fortaleza dessa natureza de carga, com redução significativa da escória que tem maior produtividade média, além de mudanças sofridas na operação para mitigar impactos ambientais. A descontinuidade no período noturno das operações de Alcatrão/BTX, única considerada para o cálculo da prancha média de Granéis Líquidos pelas informações atualmente disponíveis, fez com que a prancha ficasse 14% abaixo da meta estabelecida.

⁶ <https://g1.globo.com/mundo/ucrania-russia/noticia/2023/02/24/as-consequencias-da-guerra-na-ucrania-para-o-brasil.ghtml>

⁷ <https://economia.uol.com.br/noticias/afp/2022/10/11/guerra-na-ucrania-e-inflacao-ameacam-o-crescimento-global.htm>

⁸ <https://valor.globo.com/patrocinado/dino/noticia/2022/11/01/bom-momento-da-construcao-civil-deixa-mercado-otimista.ghtml>

INDICADOR	OBJETIVO ESTRATÉGICO	FÓRMULA	UN.	RESULT. 2021	META 2022	RESULT. 2022	% META 2022	
IG SEST	Aprimorar e padronizar os processos e os instrumentos de controle e integridade	Índice geral do IG SEST	un.	7,036	7,700	9,380	● 122%	
IDA	Ser eficiente na gestão socioambiental e de segurança portuária	Índice geral do IDA	%	88,53	84,00	88,53*	● 105%	
Movimentação de cargas	Buscar a excelência operacional	Total de carga movimentada no período	Mil ton.	4.839	4.990	4.289	● 86%	
Prancha média (líquida)	Buscar a excelência operacional	Qtde de carga movimentada pelos navios / nº horas atracados	Granel sólido cereal	%	351	340	395	● 116%
			Contêiner	%	14	15	16	● 107%
			Granel sólido mineral	%	401	450	332	● 74%
			Granel líquido**	%	45	50	43	● 86%

* Os valores do IDA de 2022 ainda não foram oficialmente estimados e divulgados e, por esse motivo, são apresentados valores estimados em autoavaliação.

** Considera apenas a movimentação de BTX Alcatrão por limitações de medição.

Tabela 7 – Indicadores processos (Planejamento Estratégico 2022-2026) (Fonte: CODPLA/CDC)

Buscando promover o **aprendizado e o crescimento** dos colaboradores, em 2022 a CDC concluiu 30 ações previstas no Programa de Integridade nos temas prevenção, detecção, investigação, correção e monitoramento, incluindo a aprovação da Política de Conflito de Interesses, elaboração da Cartilha Anticorrupção, padronização de processos de recebimento de denúncias, mapeamento de riscos à integridade e disponibilização no site da CDC de informações acerca do sistema de correição. Com os treinamentos promovidos ao longo do ano, a CDC alcançou novo recorde de capacitação de seus funcionários, chegando ao resultado médio de 99,2 horas treinadas por empregado. A evolução da execução do Programa de Treinamento pelos setores e a promoção de cursos obrigatórios como de Combate à Corrupção e Gestão da inovação no Setor Público, além do curso in company de Gestão e Fiscalização de Contratos que teve participação de 30 empregados, também contribuíram para o bom resultado, compatível com o de empresas de referência do setor portuário, como Porto de Santos e Porto do Açu.

INDICADOR	OBJETIVO ESTRATÉGICO	FÓRMULA	UN.	RESULT. 2021	META 2022	RESULT. 2022	% META 2022
Promoção de ações de fomento à cultura institucional	Ter uma cultura orientada para a satisfação dos colaboradores	Ações realizadas	un.	24	24	30	● 125%
Horas de treinamento por funcionário	Desenvolver e reconhecer competências internas	Horas de capacitação / n. de empregados	h/empregado	49,8	70,0	99,2	● 142%

Tabela 8 – Indicadores aprendizado e crescimento (Planejamento Estratégico 2022-2026) (Fonte: CODPLA/CDC)

Visando o cumprimento de políticas públicas a CDC acompanhou o cumprimento das metas de gestão para Honorário Variável Mensal das Diretorias. No ano de 2022 a CDC atingiu a totalidade das metas previstas no HVM, conforme tabela abaixo.

	METAS DE GESTÃO HVM 2022			
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
Planejamento e Desenvolvimento Portuário	48%	-	-	20%
Gestão Logística e de Operações	4%	10%	15%	-
Gestão Patrimonial	30%	45%	75%	70%
Sustentabilidade Econômica-Financeira	2%	15%	10%	10%
Gestão Administrativa e de Pessoas	12%	30%	-	-
Sustentabilidade Ambiental e Integração com a Comunidade	4%	-	-	-
Total	100%	100%	100%	100%

Tabela 9 – Resultados HVM 2022 (fonte: GABPRE)

2.7 Outras informações relevantes sobre objetivos de políticas públicas

Considerando as diretrizes de políticas públicas e as especificações do art. 23 da Lei 13.303/2016, o Conselho de Administração aprovou por meio da Deliberação CONSAD-CDC nº 78, de 14 de dezembro de 2022, a atualização da estratégia de longo prazo a Companhia, sintetizada no Planejamento Estratégico 2023-2027, bem como o Plano de Negócios com ações previstas para 2023. Ambos os documentos encontram-se publicados no site da CDC e podem ser acessados através do endereço <http://www.docasdoceara.com.br/acoes-e-programas>.

As principais alterações promovidas na estratégia foram decorrentes de uma aproximação com os diversos atores que se relacionam ou são impactados pelas atividades da CDC através de abordagem que objetivou potencializar e integrar as ações da Companhia nas temáticas ambiental, social e de governança, sintetizado na sigla ESG considerando o termo em inglês *Environmental, Social and Governance*.

Considerando as tendências de mercado de incorporação de elementos ESG na estratégia, e a partir de consulta realizada junto a colaboradores, membros de conselhos, clientes, comunidade portuária, exploradoras de áreas, órgãos federais, agentes de desenvolvimento econômico e setorial, fornecedores e representantes da comunidade, a Companhia definiu seus temas materiais prioritários, e atualizou as perspectivas, os objetivos, os indicadores e as metas de seu planejamento estratégico para os próximos exercício conforme sintetizado no quadro a seguir:

PERSPECTIVA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR	FÓRMULA	META 2023	
Resultados	Garantir a viabilidade econômica e autossuficiência financeira	Resultado econômico	Lucro ou prejuízo do exercício (DRE)	1.039	
	Garantir a viabilidade econômica e autossuficiência financeira	EBITDA	Resultado Econômico - Amortização - Depreciação - Variações Monetárias - Outros Custos	16.117	
	Realizar a atividade portuária de forma ambientalmente sustentável	IDA	Índice geral do IDA	88,53	
Mercado e Sociedade	Promover a comunicação institucional transparente, ampla e eficaz	Indicador de Capacidade em Controle do IGG/TCU	Resultado do IGG - CONT obtido em autoavaliação	78	
	Obter excelência no relacionamento com as partes interessadas	Satisfação dos usuários do Porto	Nível de satisfação dos clientes do porto	75	
	Diversificar o uso dos ativos do porto por meio de novas alternativas de negócio	Exploração por arrendamento ou cessão de uso das áreas disponíveis do porto	Áreas arrendadas ou cedidas / Áreas total disponível para cessão ou arrendamento do PDZ X 100	35,6	
	Diversificar o uso dos ativos do porto por meio de novas alternativas de negócio	Movimentação de cargas	Total de carga movimentada no período	4.802	
Processos	Aprimorar e padronizar os processos e os instrumentos de governança, controle e integridade	IG-SEST	Índice geral do IG-SEST	8,43	
	Aprimorar e padronizar os processos e os instrumentos de governança, controle e integridade	Índice de Gestão das Autoridades Portuárias (IGAP)	Índice geral do IGAP	7,8	
	Ser eficiente na gestão da segurança portuária	Registo de Ocorrência de Incidente de Proteção (ROIP) emitidos	Número de registros de ocorrência de incidente de proteção (ROIP) emitidos no ano	2	
	Potencializar a produtividade operacional e modernizar a infraestrutura portuária	Prancha média (líquida)	Qtde de carga movimentada pelos navios / nº horas atracados	Granel sólido cereal	340
				Contêiner	15
Granel sólido mineral				450	
Granel líquido				50	
Potencializar a produtividade operacional e modernizar a infraestrutura portuária	% de execução do Orçamento de Investimento	Execução do orçamento de investimento no período / Orçamento investimento aprovado no ano x 100	35		

PERSPECTIVA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR	FÓRMULA	META 2023
Facilitadores	Desenvolver e reconhecer competências internas	Horas de treinamento por empregados administrativos	Horas de capacitação / N. de empregados	70
	Ter uma cultura orientada para a satisfação e bem-estar dos colaboradores	Adesão às campanhas internas	Funcionários que compareceram às campanhas / nº total de funcionários x100	40
	Aprimorar mecanismos de governança e gestão de tecnologia da informação	IGovTI	Resultado do IGovTI obtido em autoavaliação	45

Tabela 10 – Indicadores e metas do PEI 2023 a 2027 (fonte: CODPLA/CDC)

3. GOVERNANÇA CORPORATIVA

3.1 Atividades desenvolvidas

Sempre orientadas por nossa missão, as atividades desenvolvidas pela Companhia, envolvendo tanto os seus processos finalísticos quanto os gerenciais e de sustentação, tem como principal finalidade a geração de valor para os clientes e usuários de nossos serviços, os demais intervenientes da comunidade portuária e a sociedade como um todo, conforme síntese presente na Cadeia de Valor da CDC:

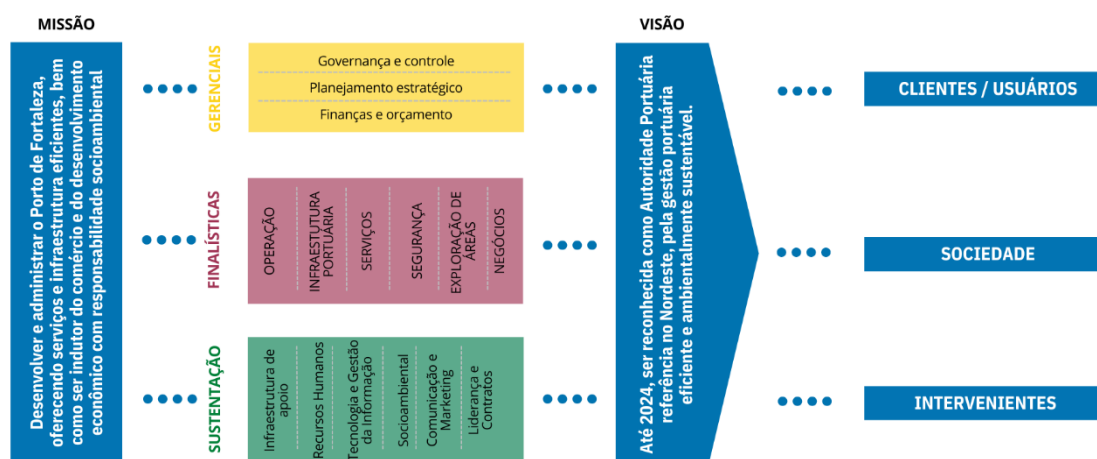


Figura 3 – Cadeia de Valor da CDC (Fonte: CODPLA/CDC)

A CDC é uma empresa pública que atua de forma especializada na administração e exploração comercial do Porto de Fortaleza, trabalhando para nos consolidarmos cada vez mais como um importante fator de desenvolvimento para o estado do Ceará e para a região Nordeste. Para isso, valoriza e busca cada vez mais a profissionalização da gestão, o crescimento da economia, o apoio às indústrias, o comércio, a geração de riquezas e a geração de emprego e renda.

3.2 Estruturas de controles internos e gerenciamento de riscos

A CDC possui formalizada uma Política de Gestão de Riscos e Controles Internos aprovada pelo Conselho de Administração da empresa em 30/08/2021, através da Deliberação CONSAD nº 043/2021.

A Política de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos encontra-se disponível no site da Companhia através do link <http://www.docasdoceara.com.br/governanca-corporativa>.

A Política de Gestão de Riscos e Controle Interno da Companhia Docas do Ceará tem por objetivo fornecer diretrizes e estabelecer uma abordagem comum para gerenciar os riscos enfrentados, com vistas à integração da gestão de riscos ao processo de planejamento estratégico e aos seus desdobramentos, às atividades, aos processos de trabalho e aos projetos em todos os níveis

relevantes para a execução da estratégia, para o alcance dos objetivos institucionais e para a melhoria contínua de desempenho da CDC.

A gestão de riscos da empresa tem por objetivo:

- I. assegurar que os responsáveis pela tomada de decisão, em todos os níveis da CDC, tenham acesso tempestivo a informações suficientes quanto aos riscos aos quais está exposta a instituição;
- II. aumentar a probabilidade de alcance dos objetivos da instituição, reduzindo os riscos a níveis aceitáveis; e
- III. agregar valor à instituição por meio da melhoria dos processos de tomada de decisão e do tratamento adequado dos riscos e dos impactos negativos decorrentes de sua materialização.

No processo de avaliação de riscos são consideradas as seguintes categorias de riscos: Risco Estratégico, Risco de Processos ou Projetos e Risco de Integridade ou Conformidade.

A CDC tem, continuamente, aprimorado suas estruturas e processos de gestão de riscos corporativos, abordando as incertezas e tendo como norte a sua Política de Gestão de Riscos, a qual institui diretrizes, competências e uma linguagem comum para o gerenciamento de riscos corporativos. O ambiente de controles internos vem se aprimorando, além da conformidade à normas, requisitos legais e regulações pertinentes, o que vem, paulatinamente, incorporando-se ao cotidiano da Companhia.

A Companhia vem destinando esforços para aumentar sua maturidade a risco, compreendendo em mais detalhes os riscos a que está exposta e tratando-os de acordo com seu apetite, seguindo guias de boas práticas reconhecidas como o Coso ERM.

A CDC possui estruturas e mecanismos de controle para monitorar suas atividades, zelando pela transparência, completude e exatidão das suas informações, além da eficiência operacional e atingimento dos objetivos.

Na temática de riscos de integridade, destaca-se a incorporação de ações de controles no Programa de Integridade da empresa. Algumas destas ações são identificadas no gerenciamento de riscos, e consistem em campanhas relacionadas à integridade, criação de ferramentas de combate à fraude e corrupção, dentre outras medidas.

A CDC, em sua gestão da integridade, adota os EIXOS de integridade previstos no Referencial de Combate à Fraude e Corrupção do TCU, que consistem nos pilares de prevenção, detecção, investigação, correção e monitoramento, onde são estruturadas as ações para o combate dos desvios e as ações previstas no programa também atendem às diretrizes do Sistema de gestão de

integridade previstas pela CGU no Guia de Implantação de Programas de Integridade nas Empresas Estatais.

Os Programas de Integridade podem ser consultados no site da empresa através do link <http://www.docasdoceara.com.br/integridade>.

Já o Código de Conduta e Integridade da empresa, que se encontra disponível através do link <http://www.docasdoceara.com.br/codigo-de-etica>, apresenta princípios éticos que consolidam os valores organizacionais e se destina a orientar o comportamento de todos os membros da Companhia e demais grupos de interesse relacionados à empresa, considerando a legislação pertinente e contribuindo para a resolução de eventuais conflitos de interesses.

As fases do processo de gestão de riscos consistem na compreensão do ambiente no qual a CDC opera, com o devido alinhamento aos objetivos estratégicos, função da empresa e atendimento à regulação, para, ato seguinte, proceder à identificação de riscos que consiste em encontrar, reconhecer e descrever eventos que possam impedir que a empresa alcance seus objetivos.

Processo de gestão de riscos

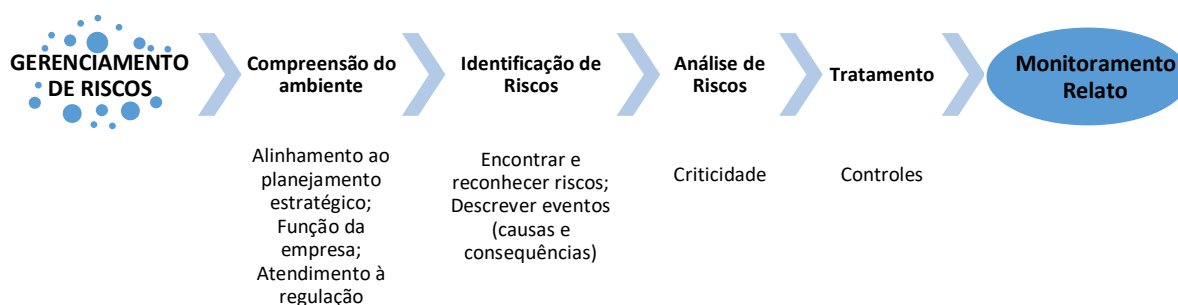


Figura 4 – Processo de Gestão de Riscos (Fonte: CODCON/CDC)

Nesse contexto é importante registrar o papel dos atores no processo de gerenciamento de riscos da CDC, em consonância com a sua Política de Gestão de Riscos e Controles Internos. Vejamos algumas destas atribuições:

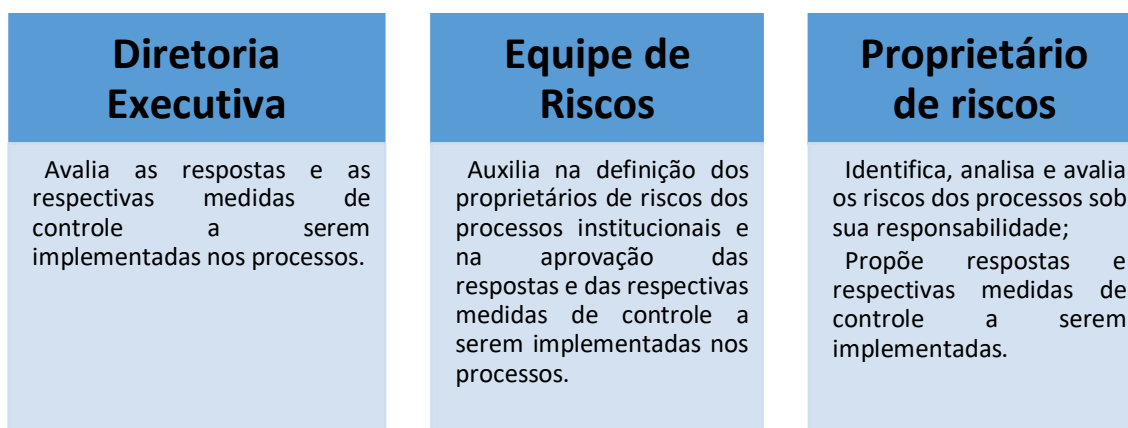


Figura 5 – Atribuições na Gestão de Riscos (Fonte: CODCON/CDC)

A CDC possui uma estrutura integrada de gerenciamento de riscos e controles internos, exercida a partir da lógica das três linhas do IIA 2020, proposto pelo The Institute of Internal Auditors.

A primeira linha é realizada pelos gestores das unidades que são os responsáveis diretos pelos processos e têm a responsabilidade sobre os riscos. Já a segunda linha é realizada pela Coordenadoria de Controle (CODCON), com auxílio do Comitê de Gestão de Riscos, da Comissão de Ética e da Comissão de Correição, e contempla as funções que monitoram de forma integrada a gestão de riscos e controle interno. Por último, a terceira linha é realizada pela auditoria interna, que oferece avaliações independentes.

A CDC conta, ainda, com Comitê de Gerenciamento de Riscos, a qual compete, em apoio à Coordenadoria de Controle, facilitar a implementação do processo e da cultura de gestão de Riscos na Companhia, promovendo a educação das áreas de negócio com relação à importância da identificação, tratamento e monitoramento preventivo de riscos do negócio, riscos estratégicos e riscos à integridade da empresa.

Além da gestão, controle e fiscalização são exercidos pelo Conselho de Administração – CONSAD e pelo Conselho fiscal – CONFIS, além de Comitê de Auditoria Estatutário – COAUD, de Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração, Ouvidoria, auditoria externa independente trimestral, os quais visam aferir a adequação do controle interno, da correição e da efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança. Existem, ainda, as estruturas externas, como a CGU e TCU, Ministério Supervisor e Agência Reguladora, que realizam controle e fiscalização sobre as atividades da CDC.

A existência e o funcionamento das estruturas de controle encontram-se melhor detalhados no sítio eletrônico da Companhia: <http://www.docasdoceara.com.br/governanca-corporativa>.

A estrutura abaixo representada compreende o sistema de Governança da CDC, que visa

- **COAUD**, órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, cujas atribuições, dentre outras, dizem respeito à supervisão da elaboração das demonstrações financeiras, com monitoramento periódico da qualidade destas demonstrações, dos controles internos, da conformidade, do gerenciamento de riscos e das auditorias interna e independente. O Comitê também emite relatório anual com informações sobre as atividades, os resultados, as conclusões e suas recomendações, registrando, se houver, as divergências significativas entre administração, auditoria independente e o próprio Comitê de Auditoria Estatutário em relação às demonstrações financeiras. O Comitê de Auditoria Estatutário opina sobre a contratação e destituição de auditor independente, supervisiona suas atividades, avalia sua independência, a qualidade dos serviços prestados e a adequação de tais serviços às necessidades da empresa.

As atas do referidos Comitê, bem como sua composição estão disponíveis no sítio eletrônico <http://www.docasdoceara.com.br/comite-de-auditoria>.

Outro mecanismo de controle utilizado é a avaliação dos controles internos e da confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo de demonstrações financeiras realizado pela Auditoria Interna da empresa.

Os **Conselhos de Administração e Fiscal** analisam, periodicamente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas pela Companhia, sem contar com a atuação do Conselho Fiscal que, inclusive, opina sobre o relatório anual da administração e sobre as demonstrações financeiras. No decorrer do exercício, em seu mister de fiscalização, o Conselho Fiscal faz recomendações quanto aos registros contábeis, sendo assessorado, ainda, por empresa de assessoria contábil contratada pela CDC.

As atas dos referidos Conselhos, bem como sua composição estão disponíveis no sítio eletrônico <http://www.docasdoceara.com.br/conselho-administracao> e <http://www.docasdoceara.com.br/conselho-fiscal>.

Uma vez havendo recomendações, seja pelo Comitê de Auditoria, Auditoria Interna ou Externa ou pelo Conselho Fiscal, a CDC adota todas as providências cabíveis para restar em consonância com as melhores práticas contábeis, fazendo os registros contábeis pertinentes.

As demonstrações financeiras anuais também são avaliadas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

3.3 Fatores de risco

A área de gerenciamento de riscos da CDC propôs, em 2022, um aperfeiçoamento da planilha de análise de riscos, em consonância com a Política de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos

da empresa, a qual fornece diretrizes e estabelece uma abordagem comum para o processo de gerenciamento de riscos, inclusive contendo a metodologia do sistema de gerenciamento de riscos alinhada às metodologias utilizadas no mercado, como o COSO ERM.

No exercício de 2022, houve atualização dos riscos já mapeados, identificação de novos riscos com base na análise empreendida em autos de infrações e notificações de órgãos de fiscalização, relatório de supervisão ministerial, relatório de auditoria e inovações legislativas afetas às atividades da empresa. Na ocasião, houve, ainda, a elaboração de um guia de gerenciamento de riscos, que aborda os procedimentos correlatos.

Foram mapeados riscos de processo a que a Companhia está exposta, classificados nas seguintes dimensões: Governança; Pessoal; Financeira; Comercial; Ambiental/Sanitária; Tecnologia da Informação; Operação; Alfandegamento; Regulatória; Infraestrutura; Segurança; Contratações; Orçamentária; Comunicação e Transparência.

Também foi estruturado um portfólio de riscos estratégicos a partir do Planejamento Estratégico da empresa, tendo sido identificado aqueles que podem vir a impedir a capacidade da empresa em atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

Podem ser citados, dentre outros, fatores de riscos tais como: fragilidades em rotinas operacionais e de segurança que podem gerar autuações do órgão regulador e possibilitar práticas de ilícitos no porto; fragilidades em fiscalização das operações portuárias, podendo ocasionar o risco de dispersão de material particulado na movimentação de granéis sólidos; engajamento dos setores aquém do esperado que pode acarretar em baixo desempenho no atendimento à regulação da ANTAQ no tocando ao indicador ambiental “IDA”; necessidade de melhorias no planejamento/condução de contratações, que pode gerar o risco de assoreamento do canal de acesso, falta de manutenções e aquisições de recursos de tecnologia da informação, dentre outras contratações primordiais para a atividade fim da empresa; ausência de sistemas integrados; insuficiência de mão de obra; não atendimento das exigências da Receita Federal no tempo e modo necessários; insuficiência de normatizações de atividades; necessidade de melhoramento de política comercial da empresa; não conclusão dos processos de arrendamento e cessões de áreas disponíveis; transferência da tancagem; e aumento da competição com risco de perda de carga.

Atente-se que para os fatores de riscos mapeados existem controles implantados ou a implantar e o risco identificado decorrente dos fatores possui sua criticidade aferida através dos critérios de impacto e probabilidade.

3.4 Dados econômico-financeiros e comentários sobre o desempenho

Em 2022, a CDC continuou na sua trajetória de equilíbrio financeiro, mantendo-se firme na consolidação da sua recuperação econômico-financeira, envidando os melhores esforços da Diretoria Executiva e Conselhos em favor de uma gestão técnica e financeiramente sustentável, visando o controle e a otimização de receitas e despesas, sem prejuízo à qualidade dos serviços prestados.

Em 2022, o Porto de Fortaleza movimentou um total de 4,29 milhões de toneladas, resultando em um decréscimo de 11,3% em relação ao montante movimentado no ano anterior. A principal causa dessa redução foi a queda da movimentação de Granéis Sólidos Minerais (-39,0%), influenciados pelas alterações de produção da CSP e estratégia de exportação da Votorantim, que impactaram a movimentação de escória. A movimentação de Trigo (-8,8%) e os Granéis Líquidos (-1,7%) também apresentaram redução no ano, mesmo que menores, influenciada por diversos fatores externos como o aumento de preços de combustível e trigo e redução da produção de trigo argentino. A queda de movimentação da Carga Geral (-13,7%), por sua vez, sofreu influência do aquecimento do mercado interno de construção civil, reduzindo significativamente a exportação de ferro e aço no Porto.

Em 2022, atracaram no Porto de Fortaleza um total de 448 navios de carga, representando redução de 3,2% no número de atracções de 2021, influenciada pela redução do número de navios de contêineres e granéis sólidos que acessaram o porto, acompanhando, de certa forma, a tendência verificada na movimentação. Por outro lado, mais navios de carga geral acessaram o Porto devido ao início das operações de fruta por essa natureza de carga. As atracções de outros tipos de embarcações aumentaram 7,6% em 2022, com destaque para retomada de navios de passageiros após hiato imposto pela pandemia de COVID-19, com duas atracções registradas no ano.

A fim de ilustrar os resultados financeiros alcançados, destaca-se a performance do indicador EBITDA ajustado, que alcançou o resultado de 9,38 milhões acumulado em 2021.

EVOLUÇÃO DO EBITDA AJUSTADO (ANO por R\$ MIL)								
	2018	2019	2020	2021	2022	Δ 22/18%	Δ 21/18%	Δ 22/21%
R\$ (mil)	1.182	3.330	14.994	9.387	25.680	2.072,6	694,1	173,6

Tabela 11 – Evolução do indicador EBITDA ajustado da CDC- 2018-2022 (Fonte: CODFIN/CDC)

O valor positivo desse indicador atesta a capacidade operacional da CDC de gerar excedentes para honrar seus compromissos, comprovando a boa saúde financeira da empresa ao longo do exercício encerrado.

O aumento do EBITDA nesse exercício, na comparação com o ano anterior e os exercícios

anteriores, foi impulsionado pelo reajuste tarifário e pelo registro de receitas diferidas, registrada no exercício em conformidade com o CPC 25, referente ao indébito do ISS de 2002 a 2022.

A receita operacional líquida totalizou o expressivo montante de R\$ 61.135 mil e, novamente, alcançou um recorde histórico, superando em mais de 9,9% o recorde que já havia sido alcançado em 2021. Cabe destaque quanto a dois elementos que contribuíram para este número positivo: o aumento das receitas de serviço, oriundas do ajuste tarifário e da cobrança de serviço de escaneamento, o aumento das receitas financeiras e aumento das receitas de aluguel.

Em relação ao Resultado Econômico de 2022, o valor para o exercício foi de R\$ 53.856 (mil), superando o Resultado Econômico de 2021 que foi de R\$ - 4.735 (mil).

Em 2022, a Companhia continuou focada na melhor utilização dos recursos, superando positivamente o resultado alcançado frente ao planejado, evidenciando o empenho da gestão. A comparação do exercício de 2022 à série histórica também evidencia os resultados da gestão financeira nos últimos anos, conforme tabela a seguir:

DISCRIMINAÇÃO (ANO por R\$ MIL)							
	2018	2019 reapresentação	2020	2021	2022	Δ 22/18%	Δ 22/21%
RECEITAS	47.147	47.921	50.935	55.615	61.135	29,7%	9,9%
CUSTOS DOS SERVIÇOS	-39.370	-44.774	-39.399	- 39.275	- 39.445	0,2%	0,4%
LUCRO BRUTO	7.777	3.147	11.536	16.339	21.690	178,9%	32,7%
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS	-21.129	-26.725	-10.057	- 16.239	51.087	341,8%	414,6%
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	-29.074	-28.471	-25.840	- 26.671	- 29.463	1,3%	10,5%
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	8.957	8.034	18.703	15.709	80.550	799,3%	412,8%
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	-1.013	-1.737	-2.920	-5.277	-	114,0%	81,0%
GANHOS E PERDA DE CAPITAL	-	-4.550	-	-	-	-	-
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS	-13.352	-23.578	1.479	100	72.778	-645,1%	72678%
RECEITAS FINANCEIRAS	2.224	436	1.660	848	4.485	101,7%	428,9%
DESPESAS FINANCEIRAS	-3.616	-3.800	-3.183	-5.683	-5.462	51,1%	-3,9%
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	-14.745	-26.941	-44	-4.735	71.800	-586,9%	-1616,4%
IMPOSTOS DIFERIDOS	-	-	-	-	17.944	-	-
DESPESAS COM TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	-	-	-	-	-	-	-
PROVISÃO PARA IR E CSLL	-	-	-	-	17.944	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-14.745	-26.941	-44	-4.735	53.856	-465,2%	-1237,4%

Tabela 12 – Demonstrações de Resultado CDC 2018 a 2022, considerando a reapresentação do ano de 2020.
(Fonte:CODFIN)

Acerca das despesas com Pessoal, Serviços de Terceiros e Outras despesas, verifica-se um aumento de 37,4% em comparação com 2021, alcançando a monta de R\$ 95,832 milhões. As Despesas com Pessoal e Encargos totalizaram o montante de R\$ 25.344 milhões, representando um aumento de 6,30% em relação ao exercício de 2021. O reajuste salarial contribuiu para esse aumento.

As Despesas com Serviços de Terceiros somaram R\$ 21,719 milhões, apresentando um aumento de 11,78% em comparação com exercício de 2021. Essa variação se deu face, principalmente, ao aumento das seguintes despesas: serviço de manutenção elétrica e mecânica, serviços de segurança e vigilância patrimonial e serviços de informática.

As outras despesas alcançaram o valor de R\$ 46,769 milhões representando um aumento de 119,27% em comparação a 2021. Destaca-se o registro de Despesa Atuarial Custo Benefício – Parcela Assistidos’, referente ao custo do período com empregados assistidos do PORTUS e a provisão de tributos diferidos referente ao processo do indébito do ISS de 2002 a 2022.

DESCRIÇÃO DA DESPESA (R\$ MIL)	2021	2022	Δ 22/21 %	PARTICIPAÇÃO NA DESPESA TOTAL – 2022 %	COMPROMETIMENTO DA RECEITA X DESP TOTAL
PESSOAL E ENCARGOS	23.841	25.344	6,3	27,0	41,4
SERVIÇOS DE TERCEIROS	19.430	21.719	11,8	23,2	35,5
OUTRAS DESPESAS	21.329	46.769	119,3	49,8	76,5
DESPESA TOTAL	64600	93832	45,2	100,0	

Tabela 13 – Comportamento das despesas 2021 X 2022 (fonte: CODFIN)

Outro importante indicador financeiro, o Balanço Patrimonial da CDC, teve uma variação expressiva de 47,44% no Ativo Circulante. Essa variação se deve ao aumento das receitas e compensação de tributos, bem como ao aumento das receitas financeiras, impactando positivamente nas disponibilidades da Companhia no exercício de 2022. Já o Ativo Não Circulante teve um aumento de 25,30% impactado, principalmente, pelo registro na conta receitas diferidas de longo prazo do indébito do ISS de 2002 a 2022.

BALANÇO PATRIMONIAL (RESUMIDO) - VALORES EM R\$ MIL			
DESCRIÇÃO	2021	2022	Δ 22/21%
1 - ATIVO	322.308.848,84	410.957.927,44	27,50%
1.1 - ATIVO CIRCULANTE	33.465.680,01	49.341.163,97	47,44%
1.2 - ATIVO NÃO CIRCULANTE	287.606.451,34	360.380.045,98	25,30%
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	7.865.162,39	88.788.364,43	1028,88%
INVESTIMENTOS	31.900,10	26.428,94	-17,15%
IMOBILIZADO	279.156.279,71	271.214.924,49	-2,84%
INTANGÍVEL	553.109,14	350.328,12	-36,66%

1.3 - ATIVO COMPENSADO	1.236.717,49	1.236.717,49	0,00%
2 - PASSIVO	322.308.848,84	410.957.927,44	27,50%
2.1 - PASSIVO CIRCULANTE	15.198.317,12	15.232.461,14	0,22%
FORNECEDORES	1.631.765,65	398.114,82	-75,60%
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	2.780.826,47	2.680.191,75	-3,62%
OBRIGAÇÕES FISCAIS/PREVIDENCIÁRIAS	3.564.890,99	4.168.598,59	16,93%
CONSIGNAÇÕES	386.759,84	445.565,83	15,20%
CREDORES DIVERSOS	4.720.878,94	4.928.944,02	4,41%
OUTRAS OBRIGAÇÕES	60.536,46	406.611,30	571,68%
PROVISÕES	2.052.658,77	2.204.434,83	7,39%
2.2 - PASSIVO NÃO CIRCULANTE	101.992.769,63	72.945.282,91	-28,48%
OBRIGAÇÕES FISCAIS/PREV. EM LONGO PRAZO	2.095.385,59	21.558.940,56	928,88%
OBRIGAÇÕES SOCIETÁRIAS EM LONGO PRAZO	57.117.219,41	4.652.545,85	-91,85%
OBRIGAÇÕES PLANO DE PREVIDÊNCIA PORTUS	42.780.164,63	37.512.697,07	-12,31%
OBRIGAÇÕES DE RESULTADOS INCORRIDOS	0,00	9.221.099,43	0,00%
2.3 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO	203.881.044,60	321.543.465,90	57,71%
2.4 - PASSIVO COMPENSADO	1.236.717,49	1.236.717,49	0,00%

Tabela 14: Balanço Patrimonial Resumido 2021 X 2022 (fonte: CODFIN/CDC)

Ante todo o exposto, e em resumo, verifica-se uma melhora na eficiência operacional, no que diz respeito à geração de caixa da CDC, além da melhora dos indicadores, em especial o indicador de Liquidez Corrente, que em 2022 apresentou resultado de 3,24, superando o índice 2,2 de 2021, com variação positiva de 47,27%, atestando, assim, a capacidade que a Companhia tem de honrar seus compromissos de curto prazo.

INDICADOR	UNID/REF	ACUMULADO 2021	ACUMULADO 2022	Δ 22/21%
RETORNO DE CAPITAL	i / 100	0,05	0,17	2,27
EFICIÊNCIA OPERACIONAL	% / <60%	42,87	41,45	-0,03
EFICIÊNCIA ADMINIST.	% / <30%	23,88	25,27	0,06
LIQUIDEZ CORRENTE	i / 1,00	2,20	3,24	0,47
LIQUIDEZ GERAL	i / 1,00	0,35	1,57	3,49
COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO	% / <30%	12,97	17,27	0,33

Tabela 15 – Indicadores econômico financeiros 2021 x 2022 (fonte: CODFIN)

3.5 Políticas e práticas de governança corporativa

A CDC possui Política de Governança aprovada em 2020 e revisada em 2022. Além disso conta com instrumentos afins, tais como:

- Política de Gestão de Riscos e Controles Internos;
- Política de Gestão da Integridade;
- Código de Conduta Ética e Integridade Profissional;

- Política de Divulgação de Informações;
- Política de Transação com partes relacionadas;
- Política de Porta Vozes;
- Política de Nomeações;
- Regulamento Interno de Pessoal;
- Regulamento Interno de Licitações e Contratos;

Em 2022, foram aprovados e/ou atualizados os seguintes normativos:

- Estatuto Social;
- Norma de Recebimento e Tratamento de Denúncias;
- Política de Conformidade;
- Política de Conflito de Interesses;
- Programa de Integridade;
- Planejamento Estratégico e Plano de Negócios.

A Companhia conta com várias instâncias internas de Governança tais como Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria, Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração; Coordenadoria de Controle; Auditoria Interna; Ouvidoria; Coordenadoria de Planejamento Estratégico; Comissão de Ética e de Correição.

A CDC vem, continuamente, aperfeiçoando seu sistema de governança, estando adequado à Lei nº 13.303/2016 e às Resoluções CGPAR. Também, vem sendo adotadas, paulatinamente, boas práticas de governança corporativa que são disseminadas, dentre outros meios, através das Diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), melhorando, assim, o nível de governança nos processos da empresa.

O programa de integridade da empresa é uma importante ferramenta de governança e visa combater atos de fraude e corrupção. Através do referido Programa, estão sendo fomentados os valores da empresa que, dentre outros, estão a Ética, a Transparência e a Integridade.

Maiores detalhamentos podem ser acessados nos Relatórios de integridade disponíveis no sítio eletrônico <http://www.docasdoceara.com.br/integridade>.

O fomento e o comprometimento com o sistema de governança da Companhia, incluindo a integridade, estão alcançando resultados positivos, como a recente certificação da CDC no indicador de governança das empresas estatais federais, conduzido pela SEST/ME (IG SEST). A pontuação obtida pela CDC no 6º Ciclo (9,38) é o melhor desempenho da CDC no referido indicador desde o seu primeiro ciclo, bem como foi o melhor resultado entre as Companhias Docas Federais, ao lado da Autoridade Portuária de Santos.

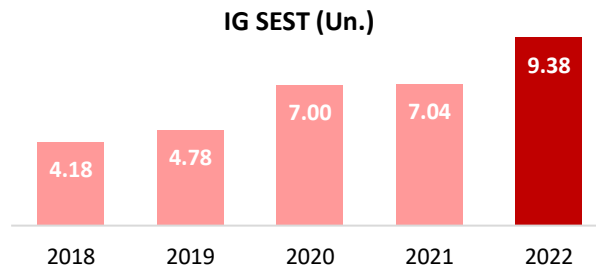


Gráfico 1 – IG SEST (fonte: CODCON)

Também se destaca o bom desempenho da Companhia na seara da transparência, haja vista que passou a ocupar o 1º lugar no ranking de transparência ativa em 2022, tendo cumprido todos os quesitos exigidos pela CGU.

Os documentos de governança estão disponíveis no site da Companhia Docas do Ceará.

3.6 Descrição da composição e da remuneração da administração

Conforme disposto no Estatuto Social da CDC, em seu art. 33, compete à Assembleia Geral fixar a remuneração dos membros Estatutários e, quando aplicável, dos demais comitês de assessoramento nos termos da legislação vigente, sendo vedado o pagamento de qualquer forma de remuneração não prevista em Assembleia Geral.

A remuneração total engloba remuneração fixa, remuneração variável e benefícios, aprovados previamente pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais — SEST, do Ministério da Economia.

A Companhia adota o Honorário Variável Mensal – HVM, parcela do honorário mensal pago por trimestre, o HVM é ponderado pelo cumprimento das metas pela Diretoria Executiva, estabelecidas pela Secretaria de Portos.

A Companhia dá publicidade da remuneração de seus dirigentes no site da CDC.

REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, CONSELHEIROS FISCAIS E COMITÊ DE AUDITORIA							
Valores realizados no período de abril/2022 à mar/2023 conforme aprovados em assembléia							
DIRETORIA EXECUTIVA							
		Remuneração fixa	Remuneração Variável	Gratificação de Férias	Gratificação Natalina	Benefícios	Quarentena
Mayhara Monteiro Pereira Chaves	Presidente	219.852,43	57.231,73	13.053,38	26.793,77	15.465,72	-
Eduardo Gustavo Martini Rodrigues	Diretor de Infraestrutura	214.632,48	64.701,60	7.754,79	23.277,84	18.643,61	-
Francisco Humberto Castelo Branco de Araújo	Diretor Adm e Financeiro	244.740,65	63.443,51	14.871,95	29.097,30	18.743,12	-
Mário Jorge Cavalcanti Moreira	Diretor Comercial	214.073,54	64.701,60	7.754,79	23.277,84	18.868,81	-
		893.299,10	250.078,44	43.434,91	102.446,75	71.721,26	-
							1.360.980,46
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO							
Rafael Magalhães Furtado	Presidente	15.367,02					
Bruno Iughetti	Membro	30.734,04					
Bruno Pío de Abreu Travassos	Membro	30.734,04					
Carlos Murilo de Azevedo Pires	Membro	30.734,04					
Fabio Lavor Teixeira	Membro	30.734,04					
José Nelson Martins de Sousa	Membro	30.734,04					
Eduardo Henn Bernardi	Membro	15.367,02					
		184.404,24					
							184.404,24
REMUNERAÇÃO TOAL DOS ADMINISTRADORES							1.545.384,70
CONSELHO FISCAL							
Rita de Cássia Vandanezi Munck	Presidente	30.734,04					
Lucas alberto Vissoto Junior	Membro	30.734,04					
Claylton Luiz Montes	Membro	20.489,36					
Maria Aparecida Carvalho	Membro	5.122,34					
		87.079,78					
REMUNERAÇÃO TOAL CONSELHO FISCAL							87.079,78
COMITÊ DE AUDITORIA							
Alfeu de Paula Fernandes	Membro	30.734,04					
Romana Pires Freire França	Membro	30.734,04					
		61.468,08					
REMUNERAÇÃO TOAL COMITÊ DE AUDITORIA							61.468,08
* Considera-se benefício os valores de aux alimentação, plano de saúde e seguro de vida.							

Tabela 16 - Remuneração dos Administradores e Conselheiros Fiscais (fonte: CODREH)

Para o exercício de 2022 a Companhia Docas do Ceará passou a contar com Programa a de Remuneração Variável (RVA) dos membros da sua Diretoria Executiva, aprovado pelo Conselho de Administração por meio da Deliberação nº 63, de 20 de dezembro de 2011, e alterado considerando as recomendações da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – Sest por meio da Deliberação nº 56, de 5 de setembro de 2022.

Considerando as especificações do parágrafo 5º do art. 37 do Decreto nº 8.945/2016, o Programa tem como objetivo promover a implementação da estratégia da empresa e o atingimento dos resultados desejados, através da vinculação de parcela acrescida à remuneração anual dos membros da Diretoria Executiva da Companhia considerando o seu desempenho e, ainda, a responsabilidade, o tempo dedicado à função, a competência e reputação profissional dos seus diretores. Para tal, conta com os seguintes indicadores:

Dimensões	Indicador	Fórmula de Cálculo	Meta	Un.
Econômico Financeiro	Ebitda	Resultado antes IR- Amortização - Depreciação - Variações monetárias - outros custos	9.048	R\$ mil
	Eficiência Administrativa	(Despesa administrativa - Despesa com pessoal / Receita operacional líquida) *100	23,76	%
	Eficiência Operacional	(Despesa total com pessoal / receita operacional líquida) *100	41,81	%
Políticas Públicas	Movimentação de cargas	(Total movimentado no período - Total movimentado no período anterior / Total movimentado no período anterior) *100	2,64	%
	Melhoria no Índice de Gestão das Autoridades Portuárias (IGAP)	(IGAP do ano corrente - IGAP do ano anterior/IGAP do ano anterior)*100	6,67	%
	Índice de Desempenho Ambiental - IDA	Nota recebida	84,00	Pontos
Governança, Conformidade e Transparência	Indicador de Conformidade Sest (IC-Sest)	Nota recebida	834	Pontos
	Indicador de Governança Sest (IG-Sest)	Pontuação recebida	7,70	Pontos

Tabela 17 – Indicadores e metas do programa de Remuneração Variável de 2022 da CDC (fonte: CODPLA)

Atualmente o atingimento das metas do programa e de seus gatilhos de acionamento encontram-se em processo de avaliação pela Companhia e seu Conselho de Administração.